

## **ESTUDO PRELIMINAR SOBRE TRABALHOS DE CAMPO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um desafio para os futuros professores de Geografia**

**Ecione Maria da Silva**  
Graduanda IG- Bolsista PIBEG - UFU  
[ecionegeo@yahoo.com.br](mailto:ecionegeo@yahoo.com.br)

**Adriany de Ávila Melo**  
Profa. Dra., Programa de Pós-graduação em Geografia - UFU  
[prof\\_adriany@yahoo.com.br](mailto:prof_adriany@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

A partir da segunda metade do século XX tem-se observado uma grande preocupação em desenvolver uma metodologia adequada que permita aos alunos com deficiência se incluírem no sistema educacional, garantindo assim, um aprendizado com qualidade. Sendo o espaço com suas relações sociais, o objeto de estudo da Geografia, torna-se necessário inserir esta disciplina no contexto da educação inclusiva, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e humana. Portanto este trabalho busca discutir a acessibilidade ao Trabalho de Campo na Geografia para os alunos com deficiência física, uma vez que esta atividade constitui em uma importante ferramenta para a construção do conhecimento geográfico e estes alunos acabam sendo excluídos de tais atividades devido à falta de veículos adaptados e às dificuldades de acesso em certos locais. Para que fosse possível a realização desse trabalho, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre os temas "trabalho de campo e educação especial/inclusiva", bem como a disponibilidade de transporte adaptado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foi levantado também o número de alunos com algum tipo de deficiência matriculados na instituição em 2006 e a análise de Projetos de Trabalho de Campo realizados no Curso de Graduação em Geografia da UFU. O objetivo desse trabalho será, portanto, apresentar aos futuros e atuais professores, alternativas para melhoria de sua formação profissional, na perspectiva da Educação Inclusiva, levando-os a refletir sobre a necessidade de o professor estar preparado para planejar suas atividades, criando técnicas, roteiros acessíveis e utilizando veículos adaptados que permitam a todos os alunos, participarem das atividades programadas, respeitando o direito a igualdade de oportunidades.

**Palavras-Chave:** Formação de professores. Educação Especial e Inclusiva. Trabalho de Campo.

## **PRELIMINARY STUDY ABOUT THE FIELD WORKS IN THE INCLUSIVE EDUCATION PERSPECTIVE: A challenge for the future Geography professors**

### **ABSTRACT**

From the second half of the 20<sup>th</sup> century it has been observed a great concern in developing an adequate methodology that allow the students with deficiency to be included in the educational system, guaranteeing, by this way a learning with quality. Being the space with its social relations, the object of Geography study, it becomes necessary to insert this disciplines in the inclusive education context, contributing to the formation of a society more joust and human. Therefore this work searches to argue the accessibility to the Field Work in Geography for the students with physical deficiency, once that this activity constitutes an important tool for the construction of the geographic

---

Recebido em 12/11/2007  
Aprovado para publicação em 24/01/2008

knowledge and these students finish being excluded of such activities because of the lack of suitable vehicles and to the access difficulties in certain places. To the accomplishment of this work be possible, it was done a bibliographical research on the subjects "field work and inclusive/special education", as well as the availability of adapted transport in the Federal University of Uberlândia (UFU). It was also raised the number of students with some type of deficiency registered in the institution in 2006 and the analysis of Field Work Projects Work accomplished in the Geography Graduation Course of the UFU. The goal of this work will be, therefore, to present to the future and current professors, alternatives for their professional formation improvement, in the Inclusive Education, leading them to reflect on the necessity of the professor to be prepared to plan its activities, creating accessible techniques, scripts and using suitable vehicles that permit to all the students to participate of the programmed activities, respecting the right to the equality of chances.

**Key-words:** Professors formation. Inclusive and Special Education. Field Work.

---

## INTRODUÇÃO

O tema Educação Inclusiva constitui uma das grandes preocupações da sociedade atual, e os projetos realizados pelas Universidades vêm contribuindo com o processo de inclusão escolar à medida que abrem espaços para a discussão sobre a formação/preparação dos professores para atuarem com a heterogeneidade existente em sala de aula.

O ideal seria que todos os cursos de licenciatura já tivessem em sua grade curricular uma disciplina que trabalhasse o tema Educação Especial e Inclusiva, permitindo que o aluno fosse gradativamente se preparando e conhecendo "todos" os desafios que poderá encontrar no decorrer de sua profissão. Isso ajudaria a amenizar a insegurança que aflige os professores ao se deparar com um aluno com deficiência.

Este artigo é o resultado de mais um trabalho desenvolvido no Laboratório de Ensino de Geografia - LEGEO, do Instituto de Geografia da Universidade de Federal de Uberlândia - UFU e parte integrante do projeto "Construção de Material Didático Para o Ensino de Geografia: Enfoque em Educação Inclusiva", financiado pelo PIBEG-UFU/2006-2007. Seu objetivo é discutir a acessibilidade ao Trabalho de Campo na Geografia para os alunos com deficiência física. O Trabalho de Campo por se constituir em uma importante ferramenta para a construção do conhecimento geográfico, todavia, de forma geral, os alunos com deficiência física acabam sendo excluídos de tais atividades devido à falta de veículos adaptados e às dificuldades de acesso em certos locais.

Desde 2003 o LEGEO desenvolve projetos voltados para a temática da Educação Inclusiva. Este laboratório oferece oficinas para graduandos e professores, mostrando que a Geografia, por ser uma disciplina que aborda o espaço e as questões sociais, também deve estar inserida no contexto da inclusão social e educacional, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e humana. Fernandes (2005) deixa clara a importância da Geografia na questão da Educação Inclusiva ao fazer a seguinte afirmação:

[...] A Ciência Geográfica possui um papel importante na Educação Inclusiva, já que esta disciplina consegue agregar as questões espaciais tão importantes para as pessoas com deficiência e os "normais" e o entendimento das questões sociais, fundamentais para que tenhamos uma sociedade onde ser diferente não seja motivo para justificar a exclusão. (...) A Geografia é, antes de tudo, uma ciência social, que tem como um dos seus objetos de estudo, a sociedade, e esta sociedade é caracterizada pela diversidade e pelas diferenças. Diante deste quadro, torna-se imprescindível que as questões relativas à Educação Inclusiva/Especial sejam atividades obrigatórias e contínuas no curso de Formação de Professores (as) [...]. (FERNANDES, 2005, p. 07-08)

Nas aulas de Geografia o aluno com deficiência física consegue assimilar a teoria, mas quando precisa colocá-las em prática, como no trabalho de campo, se defronta com suas limitações físicas e a falta de acessibilidade, o que acaba prejudicando seu desempenho ou mesmo levando ao desinteresse pela disciplina, bem como a queda na auto-estima.

Todo professor sabe que o trabalho de campo na Geografia é fundamental no processo de ensino/aprendizagem, pois é através do contato com a realidade que o aluno compreende a teoria transmitida, fixando-a em sua memória, e expõem dúvidas que não surgiriam dentro da sala de aula. Assim o aluno pode ter bons conhecimentos dos conceitos de topografia, coordenadas (localização), interações entre homem e meio ambiente, mas se não colocá-los em prática, essas informações caem no esquecimento e o aluno não conseguirá compreender corretamente os fenômenos geográficos que acontecem no seu dia-a-dia. Por isso é necessário que o professor esteja preparado para planejar suas atividades. Ele deve criar técnicas e/ou roteiros acessíveis que permitam aos alunos com deficiência, participarem de todas as atividades programadas, garantindo assim, a igualdade de oportunidades e bom rendimento escolar para todos os alunos, evitando que haja a exclusão de alguns.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo oferecer alternativas para melhoria da formação do licenciando em Geografia e para os profissionais já atuantes, preparando-lhes para o desenvolvimento de trabalhos de campo que atendam todos os alunos num enfoque de Educação Inclusiva.

Para o desenvolvimento desse trabalho, fez-se a pesquisa e a análise bibliográfica sobre o tema: Trabalho de Campo e a Educação Especial e Inclusiva, bem como avaliação da disponibilidade de transporte adaptado na Universidade Federal de Uberlândia. Também fez-se um levantamento junto ao Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial -CEPAE/UFU, dados sobre o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nesta Universidade no ano de 2006. O objetivo era saber quantos possuem deficiência física e em quais cursos estão matriculados. Estas informações serão relevantes neste trabalho para os atuais alunos, bem como para os futuros ingressantes, que poderão optar por cursos nos quais o trabalho de campo é de fundamental importância, sabendo que não ficarão excluídos de tais atividades por falta de acessibilidade e por fim, a análise de Projetos de Trabalho de Campo realizados no Curso de Graduação em Geografia, visando identificar os roteiros mais acessíveis e a possibilidade de desenvolvimento de roteiros alternativos para aqueles locais que apresentam grandes obstáculos para as pessoas com deficiência física, em especial aos usuários de cadeira de rodas.

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Processo de Inclusão Educacional é recente e cada vez mais vem sendo discutido no meio acadêmico, permitindo melhorias significativas para as pessoas com deficiência.

[...] A partir da 2ª metade do século XX [...] começaram a surgir propostas educacionais alternativas de atendimento a essa população. "O deficiente pode aprender" tornou-se a palavra de ordem. (...) A Educação Especial também se tornou um campo de saber com o desenvolvimento de métodos e recursos pedagógicos especiais, e formação de recursos humanos, em diversos níveis, na maioria dos países [...]. (GLAT, 1998, p.11)

No Brasil, somente a partir da década de 1960 as discussões sobre a educação especial começaram a dar seus primeiros passos no âmbito do poder público, tornando possível a sua institucionalização. Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que estabelece a Educação para Todos os Cidadãos, independente de sua condição física, social ou religiosa, é que os estudos sobre a Educação Especial e Inclusiva aumentaram consideravelmente, bem como o número de alunos com algum tipo de deficiência matriculados nas redes públicas e privadas de ensino.

Na década de 1990 várias conferências foram realizadas com o intuito de promover debates e encontrar soluções que garantam o direito à educação para todos, eliminando assim, o processo de exclusão daqueles indivíduos estigmatizados pela sociedade. A Conferência Mundial de

Educação Especial, realizada em Salamanca na Espanha em 1994, resultou na Declaração de Salamanca, que hoje constitui um dos mais importantes documentos em defesa dos direitos da "Educação para Todos". O documento afirma que nenhuma criança pode ter negado seu direito à educação, sendo respeitadas as suas características individuais de aprendizagem e recebendo as condições adequadas para que possam ter a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. A Declaração de Salamanca (1994) também defende a idéia de que todas as crianças devem aprender juntas independentemente de suas diferenças e dificuldades que tenham em relação ao aprendizado, sendo este o princípio fundamental da escola inclusiva, no qual é assegurado uma educação de qualidade à todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades que forneçam suporte extra aos alunos com necessidades educacionais especiais, efetivando o processo de ensino e aprendizagem.

Discursos e Leis que defendem a inclusão escolar de todos os cidadãos independente de suas características não faltam em nossa sociedade, mas muita coisa ainda precisa mudar para que a pessoa com deficiência consiga realmente se incluir. A começar por exercer seus direitos de ir e vir, entrar no sistema educacional e ter as condições necessárias para ali permanecer, sem que sua deficiência o impeça de desenvolver as atividades escolares programadas para todos os alunos.

[...] A educação inclusiva é uma proposta viável e urgente que para ser efetivada necessita de profundas transformações no contexto educacional, a começar pelas políticas públicas que devem ser mais claras e consistentes. (...) Apenas resguardar o direito legal à inclusão escolar não é suficiente. Faz-se necessário garantir e subsidiar a aplicação dessa inclusão, a começar pela reestruturação da escola, como por exemplo, a reformulação do currículo, a valorização e a formação adequada para todos os professores, a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação dentre outras [...]. (SILVA, 2005, p. 22-23)

Pode-se dizer que Educação Inclusiva é aquela que não exclui nenhum indivíduo do ambiente escolar devido às suas características, garantido seu acesso e permanência na rede comum de ensino, por meio de suporte material e humano adequados, fornecendo uma educação escolar de qualidade e respeitando as diferenças de cada aluno em sala de aula.

Portanto não basta colocar o aluno com deficiência em uma sala de aula sem que um professor capacitado esteja pronto para atendê-lo, ignorando suas necessidades específicas e não respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos.

Segundo Glat (1998), o processo de integração da pessoa com deficiência pode causar um prejuízo psicológico e social muito grande para o próprio indivíduo caso ele não consiga obter sucesso na tentativa de se incluir em uma sociedade ou ambiente escolar que não o considere o tipo padrão ideal. Para Mantoam (2005) a adequação das práticas pedagógicas à heterogeneidade dos alunos fornecendo a eles a chance de obter progressos, é a base para o sucesso da efetivação da educação inclusiva.

## **O TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Educação compreende os processos de desenvolvimento humano, nos quais cada indivíduo é preparado para conviver em sociedade. E é por meio da educação, em especial a educação escolar, que o indivíduo passa a olhar o mundo que o cerca de maneira crítica, o que resulta na busca por mudanças da realidade em que se encontra, e não apenas em uma simples adaptação. A Geografia possui um papel importante nesta formação do aluno crítico, contribuindo para que ele consiga pensar o espaço de uma maneira mais profunda, conseguindo enxergar além do que seus olhos lhe mostram e, dessa forma, atuar nele de forma mais eficiente e consciente. Assim torna-se essencial que a Geografia também esteja inserida na perspectiva da educação inclusiva, dando a oportunidade para que todos os alunos desenvolvam este "olhar geográfico" capaz de transformar positivamente a realidade em que se encontra e, para que tal inserção tenha sucesso, é preciso que os professores estejam preparados para trabalhar com a heterogeneidade de alunos, compreendendo e respeitando suas características e necessidades individuais.

O trabalho de campo é uma ferramenta essencial utilizada como recurso didático e de pesquisa desde os primórdios da Geografia, como afirma Baitz (2006, p. 26) “ir ao campo e “senti-lo” tornava mais complexa e completa a pesquisa, além de suscitar questões ofuscadas até então”.

Alentejano e Rocha-Leão (2006) destacam em sua obra, que o trabalho de campo passou por um período de desvalorização a partir de 1970, quando os geógrafos adeptos da Geografia Teórico-Quantitativa defendiam a idéia de que “as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação”. Citam também, que na fase inicial da Geografia Crítica, quando foi dada ênfase à teoria, contrapondo-se ao empirismo da Geografia Tradicional, o Trabalho de Campo deixou de ser reconhecido como “importante instrumento de construção do pensamento geográfico”. Hoje, porém, entende-se que o trabalho de campo articulado com a teoria, constitui-se na base para uma pesquisa de qualidade para obter um entendimento claro e preciso dos fenômenos geográficos que ocorrem no cotidiano.

[...] Ressaltar a importância do trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisas dos geógrafos [...]. (SERPA, 2006, p.21)

Como recurso didático, o trabalho de campo fornece ao professor uma oportunidade de sair da rotina das aulas tradicionais, despertando o interesse dos alunos pela disciplina, pois estando em contato com o meio, procurarão constatar a veracidade da teoria explicada em sala de aula, desenvolvendo o pensamento reflexivo, procurando respostas para as dúvidas que surgem durante a pesquisa e assim, construindo o conhecimento de forma prazerosa.

Quando o professor possui em sua classe um aluno com deficiência física, precisa planejar esta atividade de maneira a não deixá-lo excluído. Para não excluir nenhum estudante torna-se importante o professor ser preparado durante sua formação acadêmica, e que continue depois em cursos de formação continuada estudando sobre o trabalho com a diversidade, com a diferença, para então, em sala de aula sentirem-se mais seguros e espontâneos diante de um aluno com deficiência. Essa preocupação, pode evitar possíveis constrangimentos, e não deixar que um aluno se sinta inferior ao outro devido à sua aparente limitação.

Segundo Resende “vive-se em uma sociedade, cujos preconceitos tendem a uma manifestação repleta de sutilezas, que mascaram e remetem à pessoa vítima à situação de responsável – culpada – pela sua própria condição.” (2004, p.144)

O professor tem um papel fundamental na desmistificação de que o aluno tenha culpa sobre sua situação, pelo contrário, ele como profissional da educação deve buscar as potencialidades de todos os alunos.

Na presença de alunos com deficiência física, o professor deve escolher roteiros acessíveis e transporte adaptado que permitam a participação de todos os alunos. É preciso evitar situações em que o aluno com deficiência se sinta ainda mais “deficiente” por não participar das atividades ou não conseguindo realizá-las sem ajuda de alguém, estando o tempo todo dependente de outra pessoa, por falta de acessibilidade.

[...] Particularmente para elas, a acessibilidade ao espaço é um dos itens de maior importância para o pleno respeito de suas individualidades. (...) A prática tem mostrado que algumas limitações e incapacidades na vida de uma pessoa com deficiência advêm da inadequação do meio e da falta de oportunidades de que dispõe a comunidade em geral [...]. (RESENDE, 2004, p. 41-42)

Como dito anteriormente, os projetos realizados pelas Universidades vêm contribuindo com o processo de inclusão escolar à medida que abrem espaços para a discussão sobre a formação e preparação dos professores para atuarem na Educação Básica com a heterogeneidade existente em sala de aula. No entanto, a maioria dos professores do Ensino Superior, ainda não está preparada para trabalhar com alunos com deficiência, associado à esta questão, tem-se a falta de estrutura na própria universidade para receber esses alunos.

## ACESSIBILIDADE À UNIVERSIDADE PÚBLICA

O Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial -CEPAE da Universidade Federal de Uberlândia-MG, informou que em 2006 havia vinte e dois alunos com algum tipo de deficiência matriculados na instituição (figura 1), comprovando que as pessoas com deficiência estão batalhando em prol de seus direitos e buscando seu espaço na sociedade. Destes alunos matriculados, quinze possuem deficiência visual (sete com baixa visão, um com deficiência visual parcial e sete com deficiência visual total), três com deficiência auditiva (dois com surdez total e um parcial); quatro possuem deficiência física (não foi mencionado o grau da deficiência física).

Quadro 1

Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2006

Quantidade de alunos	Tipo de deficiência	Curso
02		Música
01		Computação
01	Baixa Visão	Engenharia Elétrica
01		Letras
02		História
01		Letras
03		Especialização em Educação Especial
01	Deficiência Visual Total	Matemática
01		Pedagogia
01		Música
01	Deficiência Visual Parcial	Matemática
01		Geografia
01		Letras
01	Deficiência Física	Psicologia
01		Direito
02	Deficiência Auditiva Total	Especialização em Educação Especial
01	Deficiência Auditiva Parcial	Odontologia

FONTE: CEPAE/UFU, dezembro/2006.

ORGANIZAÇÃO: SILVA. E. M. 2007.

Como pode ser observado no Quadro 1, o número de alunos com deficiência física ainda é pequeno se comparado ao de pessoas com deficiência visual, indicando algumas hipóteses:

- a) de que os deficientes visuais buscam uma maior qualificação profissional antes de entrar no mercado de trabalho;
- b) os deficientes físicos ainda dão prioridade ao trabalho, ou,
- c) os deficientes físicos se acomodam por receber algum benefício do governo e geralmente, quando optam por um curso superior, escolhem aqueles que não exigem trabalhos de campo.

Outra hipótese é que muitas vezes a própria pessoa desiste do curso que necessita de trabalhos de campo, por saber que será difícil sua participação nesta atividade, pois ela já carrega consigo a experiência de não participar de algumas atividades escolares. Esta não participação pode também estar associada à falta de adaptação ou acessibilidade da escola, das salas e dos professores desde o ensino básico, o que conseqüentemente compromete sua formação inicial.

Portanto, tornar o trabalho de campo mais acessível, poderá atrair e garantir alunos com deficiência nos cursos de Geografia, e até Biologia, por exemplo. A certeza de que não ficarão excluídos das atividades de campo precisa começar no ensino básico para que se sintam seguros em escolher seja qual for o curso. Novamente fica evidente a formação de futuros professores mais capacitados pela universidade, para que possam dar o apoio necessário ao êxito do processo de inclusão de cada aluno.

### ACESSIBILIDADE AOS TRABALHOS DE CAMPO DA GEOGRAFIA NA UFU

Com o intuito de avaliar a acessibilidade dos trabalhos de campo desenvolvidos pelos professores da graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, fez-se o levantamento dos trabalhos realizados no período de janeiro de 2006 a fevereiro de 2007 e em seguida feita uma consulta aos professores quanto à real possibilidade de alunos com deficiência física participarem desta atividade. Essa consulta foi feita via endereço eletrônico, sendo que, dos vinte e dois e-mails enviados, apenas nove retornaram com alguma resposta.

A falta de veículo adaptado foi citada como sendo o maior empecilho à participação do aluno com deficiência física e, de acordo com o CEPAE, a Universidade não possui em sua frota nenhum veículo com adaptações para o transporte de uma pessoa usuária de cadeira de rodas, sendo utilizada, quando necessário, uma Kombi sem o banco do meio. No entanto, essa alternativa oferece riscos à pessoa com deficiência física, pois não há nenhum tipo de equipamento de segurança que prenda a cadeira de rodas, ficando esta totalmente livre dentro do veículo, podendo resultar em acidente.

Para garantir a segurança e maior independência do usuário de cadeira de rodas, a Universidade deveria oferecer um veículo que possuísse tais equipamentos, como cinto que prenda a cadeira, e plataforma elevatória (figura 1), permitindo o acesso ao veículo sem necessidade de se retirar a pessoa de sua cadeira, evitando com isso o desconforto, o constrangimento e a possibilidade de queda.



Figura 1: Ônibus com Plataforma Elevatória.  
Fonte: [www.avcchapeco.com.br/fotoesp2.htm](http://www.avcchapeco.com.br/fotoesp2.htm)



Figura 2: Ônibus sem Adaptação para Pessoas com Deficiência Física.  
Fonte: RESENDE. T. M., 2007

Os trabalhos de campo relacionados à Geografia Física também apresentam obstáculos, pois de acordo com os professores, os locais geralmente são muito acidentados ou extremamente inclinados, os caminhos percorridos não são apropriados à uma cadeira de rodas, sendo feitos por meio de pequenas trilhas, podendo ocorrer áreas alagadas ou com erosão, o que conseqüentemente dificulta a locomoção. Outro fator citado é a questão da velocidade de deslocamento, pois de acordo com a resposta de um dos professores, “em geral o tráfego com

*cadeira de rodas seria muito lento nestas condições e, portanto, o aproveitamento do dia fica restrito a um número menor de áreas”.*

O professor responsável pelo trabalho de campo ao Pico da Bandeira, realizado no primeiro período do curso, afirmou que pessoas paraplégicas, que não eram seus alunos, mas coincidentemente estavam lá em um trabalho feito por ele, já realizaram trabalhos nesta área, indo até o local chamado Terrerão. Segundo o professor, o percurso até esse ponto é suficiente para atender os objetivos da disciplina ministrada por ele, não precisando necessariamente ir até o pico.

Outro professor sugeriu locais alternativos que atendem os mesmo objetivos do percurso realizado ao Pico da Bandeira e que são mais acessíveis porque permitem a subida de veículos leves ao cume. Esses locais mencionados por ele são Pedra Grande, em Atibaia (SP) e o Pico de Itapeva, em Campos do Jordão. Ainda, de acordo com esse professor, o trabalho de campo realizado para litoral de Caraguatatuba, Ilha Bela e Ubatuba seria viável para alunos com deficiência física, sendo considerado como dificuldade apenas o desconforto com a viagem longa e o trânsito na areia fofa, mas esse último poderia ser resolvido com a adaptação de uma banda achatada a ser fixada sobre os pneus, para aumentar a área de apoio e evitar o *atolamento*.

Os trabalhos relacionados à Geografia Humana permitem maior participação dos alunos com deficiência física, sendo os maiores obstáculos a falta de adaptação das construções visitadas, das calçadas e ruas das cidades e como já dito, do transporte adaptado. Um detalhe que precisa ser observado ao se realizar um trabalho de campo de longa distância é a acessibilidade dos hotéis ou alojamentos, que precisam ter uma estrutura mínima compatível com todos os alunos.

É importante destacar que todos os professores que responderam, reconheceram não estarem devidamente preparados para atender as necessidades de alunos com deficiência, o que leva a mais uma vez afirmar a necessidade de os cursos de licenciatura formarem profissionais capacitados para atuar com a diversidade de alunos, bem como de os profissionais já atuantes buscarem cursos onde possam eliminar essa lacuna existente em sua formação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das observações aqui apresentadas, pode-se afirmar que as pessoas com deficiência vêm obtendo melhorias significativas no que diz respeito ao processo de inclusão, mas muita coisa ainda precisa mudar para que realmente possam exercer seus direitos de ir e vir, entrar no sistema educacional e ter as condições necessárias para ali permanecerem, sem que suas deficiências os impeçam de desenvolver as atividades escolares programadas para todos os alunos.

Na disciplina Geografia da Educação Básica os professores contam com uma ampla possibilidade de atividades práticas que podem ser utilizadas em suas aulas, de forma a sair de uma metodologia tradicional, tornando o processo de ensino aprendizagem mais dinâmico e atrativo aos alunos. O trabalho de campo é uma destas atividades na qual o aluno tem a oportunidade de relacionar teoria e prática, além de promover uma maior aproximação entre os alunos e destes com o professor. No entanto alguns alunos com deficiência física perdem a chance de participar desses trabalhos devido à falta de acessibilidade e, cabe ao professor propiciar os recursos necessários que assegurem a sua participação. Assim torna-se indispensável para os alunos da licenciatura, terem contato com a Educação Especial e Inclusiva durante seu processo de formação e da necessidade dos atuais professores em buscar aperfeiçoamento nessa área, pois somente assim o processo de inclusão se efetivará e o aluno com deficiência terá igualdade de oportunidades no mundo real.

### **REFERÊNCIAS**

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: Uma Ferramenta Essencial para os Geógrafos ou um Instrumento Banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**. AGB. N.34. São Paulo, 2006. p.51-67.

- CASSOL PINTO, Maria Lígia. Trabalho de Campo e o Processo de aprendizagem. Em busca do Método. **Espaços da Escola**. Editora Unijuí. Ano 12, nº 47. p.15-20. jan/mar.2003.
- CASTRO, Henrique Moreira de. Pelos Caminhos de Minas: a trajetória do trabalho de campo no ensino de Geografia. **Anais...** 5º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA. Belo Horizonte, 25 a 28 de maio de 1999. p.121-129.
- DAMASCENO, Ademilson et al. O Trabalho de Campo como estratégia didática e científica par a formação do geógrafo. XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais...** , João Pessoa, 2002. 09 páginas.
- EDUCAÇÃO ON LINE. **A Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br/>> Acesso em: março/2006
- FERNANDES, Antônio. **A “Utopia” da Educação Inclusiva e a Formação dos(as) Professores(as) de Geografia**. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/legeo>> . Acesso em dezembro de 2006.
- FOWLER, Harold G. & Giurfa, Martin. A pesquisa e seu papel na formação universitária. **Revista Geografia**. São Paulo. nº 121. p. 95-99.1993.
- GILBERTI, Juvenil & SMERECKI, Neide Pereira. Relatório de Trabalho de Campo com alunos do Ensino Fundamental – 5a a 8ª séries. (Viagem de Estudo a Estação Ecológica na Serra das Araras- Porto Estrela- MT). **Anais...** 5º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA. Belo Horizonte, 25 a 28 de maio de 1999. p.134-136.
- GLAT, R. **A Integração dos Portadores de Deficiências**: Uma Reflexão.2 ed. Rio de Janeiro: Sette Letras,1998. 54p.
- JUNQUEIRA, Adalto Reis Martins. Trabalho de Campo e transdisciplinaridade: uma experiência de ensino. **Olhares e Trilhas**. Ano2. No. 2. p.71-78. 2001.
- KASSAR, M.C.M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil**: Discurso e Silêncio na História de Sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999. 113 p.
- KAYSER, Bernard. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. In: **Seleção de Textos**. AGB No11. São Paulo, 1985. p. 25-40.
- LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Seleção de Textos**. AGB. Nº 11. São Paulo, 1985.p.01-23.
- MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br/>> Acesso em março/2006
- MRECH, L. M. **O que é Educação Inclusiva?** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[ecionegeo@yahoo.com.br](mailto:ecionegeo@yahoo.com.br)> em março. 2006
- RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na Cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. 177p.
- RIBEIRO, M.L.S.; BAUMEL, R.C.R.C. (Org.). **Educação Especial**: Do Querer ao Fazer. São Paulo: Avercamp, 2003. 191 p.
- SILVA, Tatiane Cristini da Silva. **Políticas e Práticas inclusivas em uma escola estadual de Minas Gerais**. Uberlândia: UNIMINAS, 2005. (Monografia de Especialização).